

SERVIÇO DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA – SEDIB BIBLIOGRAFIA ESPECIALIZADA SOBRE PROCESSO ELETRÔNICO

Atualizado em Julho/2011



1. ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico: a informatização judicial no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gen: Forense, 2010. 424 p.
2. _____. A segurança da informação no processo eletrônico e a necessidade de regulamentação da privacidade de dados. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 32, n. 152, p. 165-180, out. 2007.
3. _____.; FREITAS, Flávia Miranda de. A importância da definição de documento eletrônico. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 34, n. 173, p. 357-372, jul. 2009.
4. ALMEIDA, Caroline Sampaio de; FREITAS, Cinthia O. de A. A admissibilidade da animação forense como meio de prova no Poder Judiciário. **Revista Brasileira de Ciências Criminas**, São Paulo, v. 17, n. 78, p. 136-162, jun. 2009.
5. ALMEIDA, Fernanda Natália de Melo; LINDENBERG, Maria Paula de Azeredo Roscoe; PINHEIRO, Mônica Alves Leite. O processo eletrônico e sua importância. **Revista Nacional de Direito e Jurisprudência**, São Paulo, v. 9, n. 104, p. 49-52, ago. 2008.
6. AMARAL, Cláudio do Prado. A Lei n. 11.419/2006 e o processo de execução penal: mais agilidade e mais segurança pública. **Boletim IBCCrim**, São Paulo, v. 15, n. 178, p. 8-9, set. 2007.
7. ANDRIGHI, Fátima Nancy. Processo eletrônico: o que os olhos não vêem o coração não sente. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 14, n. 334, p. 42-43, dez. 2010.
8. ARAÚJO, Aline Modesto. Modernização do Poder Judiciário através do processo virtual. **Revista da ESMape**, Recife, v. 13, n. 27, p. 57-84, jan./jun. 2008.
9. ARAÚJO, Francisco Rossal de et al. Avanços tecnológicos: acesso ao judiciário e outros temas. **ADV: Advocacia Dinâmica - Informativo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 36, p. 650-647, set. 2009.
10. ASSUMPÇÃO, Letícia Franco Maculan. Cartórios no século XXI: o uso da internet pelo Poder Judiciário e pelos cartórios extrajudiciais. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 105, n. 405, p. 677-689, set./out. 2009.
11. ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. O novo CPC: escrito com tinta escura e indelével. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 7, n. 37, p. 102-106, jul./ago. 2010.
12. ATHENIENSE, Alexandre Rodrigues. Os avanços e entraves do processo eletrônico no judiciário brasileiro em 2010. **ADV: Advocacia Dinâmica - Seleções Jurídicas**, Rio de Janeiro, p. 11-15, jan. 2011.
13. _____. A justiça na era digital: substituição do papel pelo documento eletrônico. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 12, n. 272, p. 6-8, maio 2008. Entrevista.
14. _____. Processo eletrônico: avanços e entraves do sistema de informatização. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 15, n. 338, p. 32-35, fev. 2011.
15. _____. O processo eletrônico e a Justiça do Trabalho. **ADV: Advocacia Dinâmica - Seleções Jurídicas**, Rio de Janeiro, p. 14-15, ago. 2009.
16. ATHIAS, Yeda Monteiro. A informática e seus impactos no Judiciário. **Revista Jurídica UNIJUS**, Uberaba, v. 11, n. 15, p. 247-260, nov. 2008.
17. BARBOSA, Hugo Leonardo Penna. Lei nº 11.419/2006: o processo eletrônico como garantia de um judiciário efetivo. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 49, p. 79-94, abr. 2007.
18. BARROS, Marco Antônio de. Arquitetura preâmbular do processo judicial eletrônico. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 98, n. 889, p. 427-460, nov. 2009.
19. _____. Teleaudiência criminal: primeiros registros de sua realização no judiciário paulista. **Revista CEJ**, Brasília, v. 14, n. 48, p. 52-59, jan./mar. 2010.
20. BEZERRA, Maria Tereza Almeida. O processo virtual como instrumento de acesso à justiça no Juizado Especial Federal da subseção judiciária de Sobral/CE. **Revista ESMape**. Escola de Magistratura Federal da 5. Região, Recife, n. 19, v. 2, p. 337-380, mar. 2009.
21. BRASILEIRO, Ricardo Adriano Massara. Intimações eletrônicas no regime da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro

- de 2006. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 72, p. 111-121, mar. 2009.
22. BROTTTO, Alexia Rodrigues. O processo eletrônico e a morosidade da justiça: alguns apontamentos sobre a Lei 11.419/06. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 21, n. 546, p. 10-16, maio 2009.
 23. CALMON, Petrônio. **Comentários à Lei de Informatização do Processo Judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 156 p.
 24. _____. O modelo oral de processo no século XXI. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 34, n. 178, p. 47-75, dez. 2009.
 25. CARDOSO, Antônio Pessoa. Justiça virtual. **In Verbis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 8-11, 2006.
 26. CARNEIRO JÚNIOR, Almícar Araújo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Uma contribuição para o estudo da razoável duração do processo. **Revista Jurídica: Órgão Nacional de Doutrina, Jurisp., Leg. e Crítica Judiciária**, Porto Alegre, v. 58, n. 396, p. 11-46, out. 2010.
 27. CASTRO, Aldemario Araújo. O triunfo da convergência digital e as cautelas necessárias. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 15, n. 338, p. 25-26, fev. 2011.
 28. CÉSAR, Rodrigo Marques. Requisitos de validade da chancela eletrônica na dívida ativa fiscal. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 21, n. 544, p. 9-14, mar. 2009.
 29. CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo judicial eletrônico**. Curitiba: Juruá, 2007. 210 p.
 30. COELHO, Fábio Ulhôa. Títulos de crédito eletrônicos. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 28, n. 96, p. 41-47, mar. 2008.
 31. COMENTÁRIOS à Lei do Processo Eletrônico. São Paulo: LTR, 2010. 224 p.
 32. CORDEIRO, Wolney de Macedo. Novas tecnologias e o processo do trabalho. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 30, n. 110, p. 161-173, dez. 2010.
 33. CUNHA JÚNIOR, Eurípedes Brito. Resolução n. 90 do CNJ: primeiros passos para a ressurreição do processo eletrônico. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 13, n. 308, p. 28-29, nov. 2009.
 34. CUNHA, J. S. Fagundes. 50 anos de Instituto Brasileiro de Direito Processual e o processo eletrônico. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 33, n. 156, p. 149-153, fev. 2008.
 35. DANTAS NETO, Renato de Magalhães. Autos virtuais: o novo *layout* do processo judicial brasileiro. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n. 194, p. 173-203, abr. 2011.
 36. _____. Do papel ao *byte*. A nova aparência do processo judicial do século XXI. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 7, n. 39, p. 56-80, nov./dez. 2010.
 37. DIAS, Jean Carlos. A validade e os conceitos processuais no procedimento eletrônico da Lei 11.419/06. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 67, p. 67-74, out. 2008.
 38. DIREITO da sociedade da informação. Coimbra: Coimbra Editora, 2006. v.
 39. DONNINI, Rogério; CARRAZZA, Roque Antônio (Coord.). **Temas atuais de direito**. São Paulo: Malheiros, 2008. 413 p.
 40. FONSECA, Fernando Daniel de Moura; BIRCHAL, Leonardo de Abreu. Algumas considerações sobre os atos processuais em meio eletrônico: da Lei 9.800/99 à Lei 11.419/2006. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 33, n. 155, p. 125-153, jan. 2008.
 41. FONTAINHA, Fernando de Castro. A informatização do processo: do acesso à administração da justiça. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 57-69, dez. 2009.
 42. FREITAS, Gabriela Mayato de. Aplicabilidade da penhora *on-line* no direito processual civil brasileiro. **Direito Público**, Porto Alegre, v. 5, n.28, p. 105-128, jul./ago. 2009.
 43. FURTADO, João Rafael. Democracia e randomização do processo judicial. **ADV: Advocacia Dinâmica - Informativo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 32, p. 521-520, ago. 2010.
 44. GAMA, Ricardo Rodrigues. Processo judicial verbal: uma proposta. **Revista Jurídica: Órgão Nacional de Doutrina, Jurisp., Leg. e Crítica Judiciária**, Porto Alegre, v. 58, n. 392, p. 111-119, jun. 2010.

45. _____. Reformas processuais civis ingênuas. **Revista Nacional de Direito e Jurisprudência**, São Paulo, v. 9, n. 98, p. 29-41, fev. 2008.
46. GARCIA, Sérgio Renato Tejada. Informatização e prestação jurisdicional: desafios e perspectivas. **Revista Jurídica: Órgão Nacional de Doutrina, Jurisp., Leg. e Crítica Judiciária**, Porto Alegre, v. 54, n. 340, p. 41-66, fev. 2006.
47. _____. Sistema de processo eletrônico. **Interesse Público**, Porto Alegre, n. 62, p. 219-226, jul./ago. 2010.
48. GILLES, Peter. Electronic civil procedure (some remarks to general aspects in concern of civil court proceedings, teletechnology and e-procedural law). **Revista de Processo**, São Paulo, v. 33, n. 158, p. 189-214, abr. 2008.
49. GIORGIS, José Carlos Teixeira. O processo virtual. **ADV: Advocacia Dinâmica – Informativo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 49, p. 855-854, dez. 2006.
50. GUNTHER, Luiz Eduardo; GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva. O processo eletrônico e os direitos fundamentais. **Revista Jurídica**. Unicuritiba, Curitiba, v. 2, n. 25, p. 84-113, 2010.
51. HERKENHOFF FILHO, Hélio Estellita. **Delineamentos do processo judicial moderno e repercussões no processo trabalhista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 368 p.
52. JAIME, Fernando G.; FARIA, Juliana C. de; LAUAR, Maira T. (Coord.). **Processo civil: novas tendências: homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. 658 p.
53. JORNADA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, 1., 2009, Boa Vista. **Anais...** Brasília: Tribunal Regional Federal da Primeira Região; Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, 2010. 224 p.
54. LAWAND, Jorge José. Propriedade e herança: o testamento por meios eletrônicos e a relação com os direitos da personalidade do testador. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 105, n. 405, p. 257-282, set./out. 2009.
55. LEAL JÚNIOR, Cândido Alfredo Silva. Decidindo e escrevendo no novo processo eletrônico. **Revista CEJ**, Brasília, v. 14, n. 49, p. 101-114, abr./jun. 2010.
56. LEAL, Augusto César de Carvalho. A Lei 11.419/2006 e a regulamentação das comunicações processuais eletrônicas no bojo do processo judicial telemático. **Juris Plenum**, Porto Alegre, v. 3, n. 14, p. 9-16, mar. 2007.
57. LOPES, Leopoldo Fernandes da Silva. Processo e procedimento judicial virtual: comentários à Lei 11.419/06 e suas importantes inovações. **Revista Jurídica: Órgão Nacional de Doutrina, Jurisp., Leg. e Crítica Judiciária**, Porto Alegre, v. 55, n. 353, p. 61-76, mar. 2007.
58. LOPES, Mônica Sette. O real, o virtual e a dinâmica jurídica. **Revista LTr: Legislação do Trabalho e Previdência Social**, São Paulo, v. 71, n. 8, p. 948-956, ago. 2007.
59. LUPOI, Michele; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Guilherme Recena. Brazilian report on the use of new information technology in the enforcement of judgments. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n. 194, p. 317-322, abr. 2011.
60. MACHADO, Robson. **Certificação digital ICP Brasil: os caminhos do documento eletrônico no Brasil**. Niterói: Impetus, 2010. 243 p.
61. MADALENA, Pedro. Magistratura: produtividade controlada em processo virtual. **AJURIS**, Porto Alegre, v. 35, n. 111, p. 285-289, set. 2008.
62. _____. _____. **Revista da ESMESC**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 241-252, 2008.
63. MARQUES, José Augusto Sacadura Garcia. **Direito da informática**. 2. ed. ref., atual. Coimbra: Almedina, 2006. 771 p.
64. MENDONÇA, Henrique Guelber de. A informatização do processo judicial sem traumas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 33, n. 166, p. 118-135, dez. 2008.
65. MOREIRA, Fernando Milhomens. Observações sobre a eficácia probatória do *e-mail* no processo civil brasileiro. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n. 193, p. 203-230, mar. 2011.
66. MOURÃO, Licurgo; ELIAS, Gustavo Terra; FERREIRA, Diogo Ribeiro. A imprescindibilidade da assinatura eletrônica, da assinatura mecânica e da certificação digital para a administração pública brasileira. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 73, n. 4, p. 27-42, out./dez. 2009.
67. NUNES, Elpídio Donizetti. **Curso didático de direito processual civil**. 8. ed., ampl. e atual. Rio de Janeiro:

- Lumen Juris, 2007. 1015 p.
68. OLIVEIRA, Alexandre Vidigal de. Processo virtual e morosidade real. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 12, n. 272, p. 40-41, maio 2008.
 69. OLIVEIRA, Vallisney de Souza. O direito e as novas tecnologias da informação e comunicação: processo virtual uma realidade irreversível. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 13, n. 308, p. 26-27, nov. 2009.
 70. PACHECO, José da Silva. Da informatização do processo judicial consoante à Lei nº 11.419, de 2006, que está em vigência a partir de 20-3-2007. **ADV: Advocacia Dinâmica – Informativo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 14, p. 305-302, abr. 2007.
 71. _____. Da prática e comunicação de ato processual por meios eletrônicos. **ADV: Advocacia Dinâmica - Informativo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 20, p. 334-332, maio 2006.
 72. PAIVA, Mário Antônio Lobato de. Informática: o futuro da justiça. **ADV: Advocacia Dinâmica - Seleções Jurídicas**, Rio de Janeiro, p. 13-16, jun. 2007.
 73. _____. **ADV: Advocacia Dinâmica - Seleções Jurídicas**, Rio de Janeiro, p. 4-8, ago. 2009.
 74. _____. Processo eletrônico: pagamento de preparo. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 13, n. 301, p. 44-45, jul. 2009.
 75. _____. Processo eletrônico e o novo Código de Processo Civil. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 15, n. 336, p. 6-8, jan. 2011. Entrevista.
 76. _____. Validade do comprovante eletrônico de preparo. **Revista Bonijuris**, Curitiba, v. 21, n. 551, p. 24-25, out. 2009.
 77. PARENTONI, Leonardo Netto. Brevíssimos pensamentos sobre as linhas mestras do novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 36, n. 193, p. 281-318, mar. 2011.
 78. RAMALHO, Leila von Sohsten; PITA, Flávia Almeida. A nota fiscal eletrônica e sua validade jurídica como meio de prova no processo civil tributário. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, São Paulo, v. 17, n. 86, p. 153-188, maio/jun. 2009.
 79. REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. Comunicação eletrônica de atos processuais na Lei 11.419/2006. **ADV: Advocacia Dinâmica - Seleções Jurídicas**, Rio de Janeiro, p. 19-26, maio 2007.
 80. _____. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 11, n. 252, p. 57-63, jul. 2007.
 81. _____. **Juris Plenum**, Porto Alegre, v. 3, n. 16, p. 25-41, jul. 2007.
 82. _____. **Revista da ESMape**, Recife, v. 12, n. 25, t.1, p. 79-108, jan./jun. 2007.
 83. _____. **Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, v. 8, n. 47, p. 46-63, maio/jun. 2007.
 84. _____. **Revista Magister de Direito Civil e Processo Civil**, Porto Alegre, v. 3, n. 17, p. 87-105, mar./abr. 2007.
 85. _____. A garantia de identificação das partes nos sistemas para transmissão de peças processuais em meio eletrônico: o modelo da Lei 11.419/2006. **ADV: Advocacia Dinâmica – Informativo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 260-255, mar. 2007.
 86. _____. A informatização do processo judicial - da Lei do fax à Lei n. 11.419/2006: uma breve retrospectiva legislativa. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 3, n. 16, p. 78-85, jan./fev. 2007.
 87. REIS, Nazareno César Moreira. Processo eletrônico e o direito processual. **Consulex**. Revista Jurídica, Brasília, v. 15, n. 338, p. 29-31, fev. 2011.
 88. RODRIGUES, Marco Antônio dos Santos. Processo, procedimento e intimação pessoal da Fazenda Pública. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 95, p. 76-87, fev. 2011.
 89. RUSCHEL, Airton José; SILVA, Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e; ROVER, Aires José. O governo eletrônico na gestão do judiciário. **Revista da ESMESC**, Florianópolis, v. 17, n. 23, p. 25-44, jan. 2010.
 90. SILVA, Júlio César Ballerini. Contornos atuais e novas questões sobre a prova documental no processo civil

- brasileiro. **Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 7, n. 39, p. 38-55, nov./dez. 2010.
91. SILVA, Marcos Mairton da. Tecnologia da informação e processo eletrônico na justiça brasileira: considerações sobre um dos principais instrumentos da informatização do poder judiciário brasileiro. **Revista ESMAFE**, Recife, n. 19, v. 3, p. 405-462, mar. 2009.
92. SOUZA, Emmanuel Biar de. A responsabilidade civil e a internet: uma abordagem expositiva sobre a posição da jurisprudência pátria e breves considerações sobre o direito comparado. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 221-236, dez. 2009.
93. SOUZA, Luisa Cristina Bottrel. **O processo eletrônico como apoio a efetividade da prestação jurisdicional penal**: possibilidade de inovação nos marcos de um processo garantista. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. 185 p.
94. SYDOW, Spencer Toth. A pertinência do instituto da legítima defesa frente ao recurso informático do antivírus. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 99, n. 896, p. 463-480, jun. 2010.
95. THEODORO JÚNIOR, Humberto; LAUAR, Maira Terra (Coord.). **Tutelas diferenciadas como meio de incrementar a efetividade da prestação jurisdicional**. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2010. 814 p.
96. VIANNA, Túlio Lima. Ação direta de inconstitucionalidade. Procedimento eletrônico. Constitucionalidade do art. 154 do Código de Processo Civil quanto à violação de princípios da divisão de poderes, da legalidade, do direito de defesa, do devido processo legal e da publicidade. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 104, n. 395, p. 347-352, jan./fev. 2008.
97. _____. A constitucionalidade da Lei 11.419/2006 e seu enfrentamento diante da ADIn 3.880. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 32, n. 154, p. 235-241, dez. 2007.
98. VICENTE, Eliane de Freitas Lima. A justiça virtual e a celeridade processual. **Revista Trimestral de Jurisprudência**. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, v. 29, n. 168, p. 11-14, abr./jun. 2008.